

DEFICIÊNCIA E INQUIETAÇÕES DO OLHAR: EM DEFESA DA VISÃO MENOR

Thimoteo Pereira Cruz¹

Tânia Maia Barcelos²

Resumo: Este texto visa pensar o tema deficiência, que tem sido bastante discutido no Brasil, principalmente depois das conquistas de alguns direitos fundamentais que ampliaram as possibilidades de encontros com as pessoas com deficiência. A partir de alguns encontros experimentados com a deficiência, buscamos aproximações com o método cartográfico, que consiste em acompanhar e investigar processos sem definição de regras a serem aplicadas *a priori*. Os encontros com a deficiência produziram os eixos de investigação do texto: as formas de olhar, a alteridade e a inclusão social. O olhar é percebido como um processo complexo de conhecer e sentir o mundo, podendo ocorrer por meio da visão maior e da visão menor, duas dimensões do olhar necessárias e complementares. A visão menor é defendida como meio de garantir o olhar para a deficiência para além da visão maior, predominante na sociedade em que vivemos. No decorrer do texto, procuramos exercitar a visão menor no processo de compreensão de dois comerciais que abordam as políticas de inclusão das pessoas com deficiência, ambos divulgados na mídia brasileira. Nesse exercício, percebemos que é preciso ver o que está além ou aquém do visível; é necessário que o encontro com o outro/ a deficiência não ocorra apenas no campo politicamente correto. As políticas de inclusão devem garantir a alteridade ética, que promovam contágios, produzam diferenças e instaurem movimentos de resistência aos processos de homogeneização da subjetividade. Movimentos que brotam da presença viva do outro em nós.

Palavras-chave: deficiência; olhar; alteridade; visão menor.

DISCAPACIDAD Y MIRADA INQUIETA: EN DEFENSA DE LA VISIÓN MENOR

Resumen: Este texto intenta reflexionar sobre el tema de la discapacidad, que ha sido ampliamente discutido en Brasil, sobre todo después de las conquistas de ciertos derechos fundamentales que han ampliado las posibilidades de encuentros con personas con discapacidad. A partir de algunos encuentros experimentados con la discapacidad, buscamos aproximaciones con el método cartográfico, que es acompañar e investigar procesos sin definir normas que deben aplicarse *a priori*. Los encuentros con la discapacidad produjeron

1 Psicólogo formado pela Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão e aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, turma 2014-2015. e-mail: thimpc@hotmail.com

2 Professora adjunta do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. e-mail: taniamaia.barcelos@gmail.com

los ejes de investigación del texto: las formas de mirar, la alteridad y la inclusión social. La mirada se percibe como un proceso complejo de conocer y experimentar el mundo, y puede ocurrir a través de la visión mayor y de la visión menor, dos dimensiones de la mirada necesarias y complementarias. La visión menor es defendida como un medio de asegurar la mirada para la discapacidad más allá de la visión mayor, más común en la sociedad en que vivimos. A lo largo del texto, ejercitamos la visión menor en el proceso de comprensión de dos comerciales que se ocupan de las políticas de inclusión de las personas con discapacidad, ambos publicados en los medios de comunicación brasileños. En este ejercicio, nos dimos cuenta de que tenemos que ver lo que está más allá o más acá de lo visible; es necesario que el encuentro con el otro o la discapacidad no se produzca sólo en el ámbito del políticamente correcto. Las políticas de inclusión deben garantizar la alteridad ética que promueve los contagios, produce diferencias y establece los movimientos de resistencia a los procesos de homogeneización de la subjetividad. Movimientos que surgen de la presencia viva del otro en nosotros.

Palabras clave: discapacidad; mirada; alteridad; visión menor.

DISABILITY AND LOOK DISQUIETS: IN DEFENSE OF A MINOR VISION

Abstract: This text aims at thinking the disability theme, which has been widely discussed in Brazil, especially after the conquests of certain fundamental rights; rights that have broadened the possibilities of meetings with people with disabilities. From some experienced meetings, with the disability, we seek approximations to the cartography method, which is to accompany and to investigate processes without defining rules to be applied *a priori*. The meetings with the disability produced the investigation axes of the text: ways of looking, alterity and social inclusion. The look is perceived as a complex process to know and experience the world, and can occur through major vision and minor vision, two necessary and complementary look dimensions. The minor vision is defended as a means to guarantee the look for disability beyond the major vision, prevalent in the society in which we live. During the text, we intend to exercise minor vision in the process of comprehension of two commercial ads that deal the inclusion policies of persons with disabilities, both published in national campaigns, in the Brazilian media. In this exercise, we realized that we need to see what is beyond or beneath the visible; it is necessary that the encounter with another/disability does not occur only in the politically correct field. Inclusion policies should ensure ethics alterity that promotes contagions, produces differences and establishes resistance movements for the homogenization processes of subjectivity. Movements that spring from the living presence of the other in us.

Keywords: disability; look; alterity; minor vision.

Introdução

O tema deficiência tem sido debatido, constantemente, e isso vem provocando mudanças diversas na sociedade em que vivemos. Os debates são orientados, geralmente, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e demais documentos, propostos a partir da década de setenta do século XX, que buscaram garantir os direitos das pessoas com deficiência. Reconhecemos que tais documentos decorrem das lutas contra a violação dos direitos dessas pessoas e da percepção da deficiência como incapacidade, limitação e “tragédia pessoal”³, que segundo Diniz (2007), gerou, durante vários anos, discriminações e exclusões da pessoa com deficiência do convívio social.

Esses documentos são fundamentais para a garantia dos direitos humanos das pessoas com deficiência. A partir deles, houve importantes conquistas, como a pessoa com deficiência poder transitar com frequência nos espaços de circulação social, antes inacessíveis; eles passaram também a frequentar escolas e conquistaram o direito ao trabalho, à proteção, à reabilitação e à integração social. Com isso, a pessoa com deficiência, antes isolada e fechada nos espaços da família ou em lugares específicos destinados a ele, passou a transitar pela cidade e pelos demais espaços urbanos (restaurantes, clubes, bares, bibliotecas, praças etc.), ampliando suas formas de contato e interação. Aumentaram, dessa forma, as probabilidades de encontros com a deficiência.

São esses encontros que têm nos levado a pensar a deficiência para além ou além dos documentos, leis e direitos institucionalizados que promovem as políticas de inclusão; documentos que devem ser, constantemente, debatidos e refletidos, pois, conforme Silva (2012), a qualidade da assistência oferecida às pessoas com deficiência tem sido pouco questionada e, na maior parte das vezes, não favorece o desenvolvimento da dignidade humana.

Pretendemos refletir a partir dos encontros com a deficiência. Seja onde for o encontro, há possibilidades incertas, invisíveis e virtuais que não podem ser percebidas

³ Contrapondo essa percepção da deficiência como problema individual, a autora propõe compreendê-la como uma questão eminentemente social. Ou seja, a discriminação das pessoas com deficiência, ao longo da história, deve ser vista como causa da incapacidade social, e não da pessoa com deficiência, de incorporar a diversidade.

somente pelo olho (órgão da visão) e pelo pensamento racional convencional. Os encontros incluem, também, nossos corpos e os incômodos que eles experimentam.

Assim, nosso ponto de partida é a história dos encontros com a deficiência, ocorridos em momentos distintos de nossa trajetória pessoal. Por meio de aproximações com o método da cartografia, os encontros com a deficiência produziram os eixos de investigação do texto: as formas de olhar, a alteridade e a inclusão social.

Caminhos metodológicos do aprendiz-cartógrafo

Segundo Alvarez e Passos (2009), o aprendiz-cartógrafo é aquele que, em um território estranho ou habitual, cultiva uma disponibilidade à experiência para compor conhecimento em conjunção com as forças atravessadoras do campo de pesquisa. Nessa perspectiva, Passos e Eirado (2009) afirmam que o cartógrafo acompanha processos sem pretensões de um fim predeterminado ou preconcebido; segue às cegas, tateante, acompanhando um processo que ele também não conhece. Em nosso caso, optamos por acompanhar os processos decorrentes dos encontros com a deficiência.

De acordo com Kastrup (2009), a cartografia é um método formulado por Gilles Deleuze e Félix Guattari que tem por objetivo acompanhar e investigar um processo. Nesta metodologia não há definição de um conjunto de regras abstratas para serem aplicadas; não há um caminho linear para atingir um fim. Conforme Kastrup (2009), uma pista para realizar a cartografia está no funcionamento da atenção. No método cartográfico, a atenção, como processo cognitivo, não deve buscar algo definido, mas estar aberta aos encontros. Nesses encontros, a atenção, sob suspensão, percorre experiências fragmentadas e sem sentidos, tateando e explorando cuidadosamente o que lhe afeta sem produzir compreensão ou ação imediata. Para a autora, inicialmente, a atenção é concentração sem focalização (desprendida dos interesses prévios e saberes acumulados) aberta para acolher o inesperado.

Kastrup (2009) discorre sobre quatro formas da atenção do cartógrafo: o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento. O rastreio é caracterizado pela varredura do campo, visando a uma espécie de alvo móvel. Nesse momento, não se busca informações, mas acompanhar mudanças no campo da percepção háptica que, segundo Deleuze (1981 apud

KASTRUP, 2009), está voltada para as forças invisíveis que movimentam o campo visível, audível, tateável ou concreto. Nesse ato de rastrear pode vir a ocorrer o toque.

O toque é uma rápida sensação que aciona o processo de seleção da atenção. Kastrup (2009) afirma que o notado não é propriamente uma figura, mas uma rugosidade, um elemento heterogêneo, acionando, assim, o nível das sensações e não das percepções ou representações de objetos. A atenção é capturada de modo involuntário e ela gera a necessidade de ver o que está acontecendo. O pouso é quando acontece uma parada no campo perceptivo que se fecha numa espécie de *zoom*, formando um novo território e reconfigurando o campo de observação. Trata-se de uma delimitação de um centro mais pregnante, porém não desconsiderando toda a amplitude do campo. A atenção é atraída por algo que obriga o pouso e é nesse momento que ocorre o processo de reconhecimento atento, no qual há a necessidade de investigar o que atraiu a atenção. É um momento de destacar os contornos singulares do objeto e produzir conhecimento ao longo do percurso da pesquisa (KASTRUP, 2009). No reconhecimento a percepção é ampliada em movimentos multifocais, produzindo dados que, enfim, já estavam ali.

Outro princípio do método cartográfico é a transversalidade, conceito trabalhado por Guattari (apud KASTRUP, 2009) como plano ou dimensão da realidade que não se define a partir de pontos de vistas instituídos (paradigmas, teorias, saberes). Nesse plano de cruzamentos há várias forças invisíveis que se produzem a partir dos encontros entre os diferentes nós de uma rede. O princípio da transversalidade permite ao cartógrafo “ser atravessado pelas múltiplas vozes que perpassam um processo, sem adotar nenhuma como sendo a própria ou definitiva” (KASTRUP, 2009 p.116).

Por meio destas pistas e princípios da cartografia, como aprendiz-cartógrafo acionamos as quatro formas de atenção (rastreo, toque, pouso e reconhecimento atento) nos encontros com a deficiência. Algo nos toca e nos obriga a fazer o pouso, buscando investigar e acompanhar os processos visíveis e invisíveis/virtuais⁴ que ocorrem silenciosamente. Para Kastrup (2010), a experiência com o virtual coloca a subjetividade em um processo de

4 Virtual, segundo Lévy (1996), é um modo de ser fecundo e poderoso, que põe em jogo processos de criação, provocando novas experiências com o objeto em contato. O virtual é concebido como uma estrita parte do objeto real. O virtual é campo complexo problemático, um nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer.

virtualização, acionando processos de criação e diferenciação. Acessando virtualidades, novas atualizações da subjetividade podem ter lugar.

Deleuze e Parnet (1996) consideram que a realidade virtual se justifica como potência e não pode ser definida ou reconhecida. Nesse sentido, a apreensão virtual amplia a percepção da realidade, que se abre para a invenção e não para a reconhecimento. Para os autores, o virtual possibilita a liberação da diferença de toda e qualquer reconhecimento, existindo, portanto, na força e na tensão dos encontros. Sua atualização indicaria outras formas possíveis de existência.

Desse modo, podemos dizer que explorar o virtual nos encontros implica considerar as multiplicidades que compõem a realidade. Nos encontros com a deficiência, essa exploração leva-nos a potencializar as experiências e lançá-las a territórios que estranham e inquietam.

Encontros com a deficiência: infância, universidade e cotidiano

Nosso primeiro encontro com a deficiência, na infância, ocorreu em uma pequena cidade do interior de Tocantins onde moravam Maria e Paula, mãe e filha. Paula parecia ter algum tipo de paralisia cerebral. Não falava, balbuciava. Passava a maior parte do tempo em casa, às vezes sozinha. Não andava. Dependia de cadeira de rodas e de pessoas que a ajudassem a se locomover. Em certas ocasiões, Maria, por motivos de trabalho, deixava Paula sozinha em casa, e certa vez, percebemos que Paula estava estirada no chão chorando e esperando a volta da mãe. Paula causava estranhamentos e, em certas ocasiões, até nojo. Era difícil ficar perto dela e tocá-la.

Outro encontro com a deficiência, também na infância, foi na Escola. No meio de tantas crianças havia Bianca, risonha e simpática, que falava com todo mundo. Estava sempre rodeada de amigas e era querida por todos. Bianca era cadeirante, tinha paralisia nas pernas e sempre era vista pelos corredores, acompanhada das amigas. Era o centro das atenções e a única pessoa com deficiência na escola. Ela não causava repulsa e era possível olhar para ela e para seu rosto alegre, suas pernas imóveis e frágeis.

O terceiro encontro com a deficiência, ainda na infância, foi na mesma Escola, no dia de uma comemoração em que todos foram para a quadra de esportes assistirem a uma

apresentação dos alunos da APAE⁵. Havia vários cadeirantes, *downs*⁶ e outros. De repente, aparecem rostos conhecidos. Primeiro, entra Paula e depois Bianca. Paula parecia mais alegre e com mais força. Já Bianca apresentava um semblante mais entristecido e durante a apresentação ficou em um canto, reservada e acompanhada de uma professora. Enquanto isso, os cadeirantes faziam em uma coreografia um tanto diferente e se apresentavam como dançarinos.

Mais tarde, na universidade, ocorreu outro encontro com a deficiência, durante as aulas práticas de uma disciplina do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão, que possibilitaram visitas a uma Instituição da cidade, a Pestalozzi⁷. Nessa escola, havia pessoas com deficiência de vários tipos e, novamente, olhares se cruzaram, corpos estranhos se conectaram. Vimos crianças com problemas de comunicação e que frequentavam oficinas de tapeçaria e culinária. No dia de recreação, um aluno olhou-nos de forma diferente e nos fez ameaças físicas. Depois, ele pediu-nos desculpas pelo ocorrido. Na hora da dança, algumas alunas convidaram-nos para dançar e nos divertimos bastante.

O quinto encontro com a deficiência foi em um restaurante, em Catalão-GO. Ao descer as escadas, percebi uma menina com um dos olhos azul fosco, cega de um olho. Mesmo que rapidamente, os olhares se cruzaram novamente. Entretanto, em instantes, algo aconteceu. Sentei-me ao lado da mesa em que a menina estava e, para minha surpresa, ela havia mudado de lugar de modo que as pessoas que chegassem ao restaurante não pudessem olhar diretamente para ela. Estavam sentados, provavelmente, pai, mãe e filha. As atitudes da menina pareciam esconder sua deficiência e havia pouca conversa na mesa.

O pouso do olhar: ver e sentir

Nos encontros apresentados, chama-nos a atenção a questão do olhar, que gerou consequências em todos eles, desde o encontro com Paula, até a troca de lugar da menina, no restaurante, para que as pessoas não a olhassem. Essas consequências levam-nos a investigar

5 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

6 Pessoas com Síndrome de Down

7 Instituição que oferece serviços de assistência médico-social e assistência educacional para pessoas com deficiência.

o processo do olhar como o primeiro pouso dessa pesquisa. Acreditamos que no olhar esteja envolvido o ato de perceber e, conseqüentemente, o ato de ver, que está relacionado ao conhecimento de algo pela visão, incluindo o sentir, o conhecer, o reconhecer e o compreender. Nesse sentido, o olhar que contempla o sentir abarca processos para além da visão propriamente dita.

Nesta perspectiva, Chauí (1998) afirma que o olhar é fonte de alienação e de análise; é sentir o mundo. A visão se faz em nós pelo que está fora e, ao mesmo tempo, se faz de nós para o que está fora. Olhar é sair de si e trazer o mundo para dentro de si, ou seja, a visão depende de nós e se origina em nossos olhos, expondo nosso interior ao exterior. Para Chauí (1998), por meio da visão podemos conhecer, estudar, perceber e discernir as coisas, podendo apalpá-las, pousar sobre elas e entrar nelas. Como consequência, a visão torna-se um juízo do visível. A visão de alguma coisa depende do julgamento de quem olha; por exemplo, um quadro visto por um filósofo é diferente do visto pelo pintor, que é diferente do visto pelo matemático.

Ainda sobre o olhar, ressaltamos algumas ideias do documentário *Janela da Alma*⁸, de João Jardim e Walter Carvalho. No documentário, o professor de literatura Paulo Cesar Lopes diz que “a realidade real não existe, é sempre condicionada por um olhar. Cada experiência do olhar é um limite! A gente não conhece as coisas como elas são. Só mediados pela nossa experiência”. Wim Wenders, no documentário, afirma “ver com os ouvidos, ouvir e ver com o cérebro, com o estômago e com a alma. Creio que vemos em parte com os olhos, mas não exclusivamente”. Octávio Paz também questiona o que é o olhar e responde que “é uma interpretação mediada pelos nossos conceitos, nossos valores”.

Essas falas permitem perceber o olhar como processo perpassado pelas nossas experiências, juízos e, principalmente, pelo nosso corpo. É possível afirmar, então, o olhar

8 O Documentário *Janela da Alma* (2001) apresenta entrevistas com 19 pessoas com diferentes graus de deficiência visual, desde um pequeno grau de miopia até a cegueira total, narrando a percepção de mundo de cada entrevistado. Participam do documentário, o escritor José Saramago, o músico Hermeto Paschoal, o fotógrafo esloveno Evgen Bavcar, o neurologista Oliver Sacks, a atriz Marieta Severo, o escritor João Ubaldo Ribeiro, entre outros. São debatidos assuntos como o uso dos óculos, o impacto de ver ou de não ver, o funcionamento fisiológico do olho, além de questões mais profundas sobre o ato de “ver”.

como instrumento de mediação e contato com o mundo; é um meio e não um fim de se conceber o mundo e as experiências dele providas.

No documentário, Oliver Sacks assevera que “o ato de ver e de olhar não se limita a olhar para fora, não se limita a olhar o visível, mas também o invisível”. A partir de Oliver Sacks, entendemos que o olhar é um processo de troca e não apenas de entrada de informações. O que vemos é modificado por nossas emoções, pela cultura, por teorias científicas, estigmas e preconceitos que atravessam e orientam os modos vigentes de viver e estar no mundo. Assim, o olhar para a deficiência desperta emoções específicas relacionadas à cultura e à subjetividade contemporânea. Podemos afirmar que o olhar não provoca apenas sensações em quem vê, mas também em quem é visto. Assim, olhamos para a deficiência e a pessoa com deficiência olha para nós, gerando um campo virtual de trocas de informações, emoções e sensações.

Nesse processo de trocas, parece-nos importante considerar a estranheza perante a deficiência citada por Campos (2009). O autor alega que as definições de estranheza remetem tanto ao que é inusitado como ao que nos é próximo ou familiar. Aborda que o modo como lidamos com a estranheza pode apontar tanto para a pluralidade humana e para a capacidade de aceitação da alteridade, como para a não aceitação da diversidade, tendo como consequência a estigmatização.

Segundo Campos (2009), as relações de estranheza podem ser atravessadas pelo estigma, que representa as relações marcadas pela diminuição e marginalização das capacidades do outro e, também, pela atribuição de fraquezas. Na estigmatização, o outro é sempre aquele cujas características são avaliadas como menores. De acordo com Campos (2009), ser estigmatizado significa não pertencer aos padrões convencionais, tanto físicos quanto de comportamento. Nesse processo, também aparece o preconceito como fator que dificulta as relações humanas e interações sociais.

Para Campos (2009), o preconceito é, quase sempre, uma reação a uma ameaça, sendo origem e causas de segregação, distanciamentos e motivo de conflitos e violências. O autor alega que o outro, nas relações de preconceito, é reduzido a uma só característica e cita o exemplo do homossexual:

[...] um homossexual é alguém que, antes de ser ou não homossexual, é uma pessoa, um trabalhador, tem (ou não) sua religião, pode ter crenças, ser

alegre ou triste. Contudo, essas atribuições pouco importam no seu julgamento, já que a pessoa é relegada à condição de homossexual e, como tal, é tratada. Esse tratamento, ao mesmo tempo em que faz valer uma condição, em contrapartida, invalida todas as outras, aparentemente de menor valor (CAMPOS, 2009, p. 43).

Como consequência disso, Campos (2009) afirma que o preconceito vivido pelos excluídos pode ser considerado efeito de uma modernidade marcada pela exploração do homem pelo homem, ao invés de formas comunitárias; efeito que privilegia formas massificantes e alienadoras de produzir e não formas cooperativas e núcleos de participação e integração.

Assim, pensamos que por meio do olhar manifestam-se estigmas e preconceitos que geram modos de excluir a alteridade e, conseqüentemente, a deficiência. Nessas manifestações, podemos dizer que a visão é despotencializada por meio de um olhar que impossibilita o contato com o outro. Há um ofuscamento da visão ou uma cegueira que impede experiências possíveis.

Nesta direção, Eugen Bavcar (fotógrafo cego) afirma, no documentário *Janela da Alma*, que nós não somos videntes clássicos, somos cegos:

Porque, atualmente, vivemos num mundo que perdeu a visão. A televisão nos propõe imagens, imagens prontas, e não sabemos mais vê-las, perdemos a visão, perdemos o olhar interior. Perdemos o distanciamento. Vivemos numa espécie de cegueira generalizada.

José Saramago, também no decorrer do documentário, comenta:

Eu achei que nunca vivemos tanto na caverna de Platão [...] Hoje é que vivemos de fato na caverna de Platão. Porque as próprias imagens que nos mostram a realidade estão de uma maneira que substituem a realidade, nós estamos num mundo que chamamos audiovisuais, estamos efetivamente a repetir a situação de pessoas aprisionadas na caverna de Platão a olhar em frente, vendo sombras e acreditando que estas sombras são a realidade. Foi preciso passar todos estes séculos para que a Caverna de Platão aparecesse finalmente num momento da história da humanidade. E vai ser sempre assim cada vez mais.

Bavcar, afirmando que somos cegos e Saramago, alegando vivermos na caverna de Platão, sugerem que a experiência da visão tornou-se limitada em função do acesso ao que está pronto – concretizado e pré-formado – fazendo com que as imagens, o outro, os acontecimentos e os encontros percam as possibilidades de criação e de experimentação de

sensações possíveis. Nesse modo predominante da visão não se permite olhar/sentir outras vibrações, instaurando a ditadura de uma visão cega.

Em todo documentário, os entrevistados corroboram a ideia de que vivemos na ditadura de uma visão cega, além disso, nos chamam para a reflexão de que é imprescindível sair da condição passiva da visão (receber indiferentemente todas as informações que nos chegam pelos olhos). A partir disso, fica evidente a necessidade de experimentar a visão como um processo complexo de conhecer o mundo. É essencial romper com os estigmas e preconceitos para permitir o acesso às virtualidades, ao inusitado e aos vislumbres da complexa experiência do olhar, que inclui as dimensões visíveis e invisíveis da realidade.

Visão maior, visão menor e deficiência

Lopes, Madeiro e Silva (2011), a partir de leituras das produções de Foucault, Nietzsche e Deleuze, alegam a predominância, na sociedade atual, de uma política do ver que atua na gerência das populações e gera um modo de experiência individual, ou seja, um modo de o sujeito cuidar de si. Nessa política, “o olhar do controle apresenta as suas credenciais e ensina como se deve olhar pra si, ver o que está dado e daí regular os próprios movimentos”. (LOPES, MADEIRO e SILVA, 2011, p. 390).

Esses autores trabalham com dois conceitos importantes para compreendermos o que chamamos de visão maior e visão menor: o olhar totalizante e o olhar precário. O olhar totalizante ocorre por meio da visão maior e apresenta-se como regulador das políticas do ver. De acordo com Lopes, Madeiro e Silva (2011), nesse modo de ver, o olhar deixa de ser tomado como algo que possa ser pensado, passando a funcionar como algo a ser medido. O olhar materializa o movimento como se não houvesse vida antes ou pós-foco, pontuando a condição de uma totalidade finita e arbitrária para as experiências do ver. Aqui, o olhar predominante é:

[...] um olhar que busca se dispor como o olhar, subvertendo a sua singularidade perceptiva por um modo de identificação persecutório. Um olhar com razões que buscam se estabelecer antes da experiência do ver, para que o ver seja aqui o que se permite enxergar, aquilo que vai se dar às vistas (LOPES, MADEIRO e SILVA, 2011, p. 393).

Nessa forma de ver, busca-se extinguir o precário e o parcial do olhar. Para Lopes, Madeiro e Silva (2011), o olhar precário ou parcial trabalha no registro da insuficiência, o que

lhe carrega em forças para possibilidades de encontro. O “olhar precário possui essa sina de não se bastar e com ela pode encontrar aquilo que seja capaz de potencializar ainda mais a parcialidade do seu alcance visual [...] sua insuficiência lhe possibilita a invenção das imagens que mira e não apenas uma decodificação” (LOPES, MADEIRO e SILVA, 2011, p. 391).

O funcionamento do olhar precário é semelhante ao funcionamento da atenção do cartógrafo, aberta para acolher o inesperado, percorrendo experiências fragmentadas e sem sentidos, Tateando e explorando o que lhe atrai sem pretensão de compreensão imediata. Nesse sentido, o olhar parcial é:

[...] um olhar insuficiente e ciente de sua condição; é um olhar que busca um outro para fazer em par um encontro e produzir algum sentido. Ele observa como quem não sabe, mas quer saber, não sobre o seu ponto de vista, já que é precário, mas naquilo que se faz nesse encontro com um outro. Ele não é tragado pelo quadro que se compõe a sua frente e também não resume esse quadro à sua percepção. A insuficiência que aprimorou traduz uma habilidade em adentrar nas margens dos sentidos imediatos, de deixar a primeira cena, sair da cena. O olhar precário é quase nada sem parcerias e encontros. Sua política é estar quase sempre em desencontro, mas ativo em querer encontrar algo ou alguém (LOPES, MADEIRO e SILVA, 2011, p. 391).

Para Lopes, Madeiro e Silva (2011), o olhar parcial potencialmente ativa a condição de encontro e partilha, opondo-se ao pré-estabelecido. Pensamos, a partir desses autores, que o olhar precário propõe o rompimento com as políticas do ver, que visam ao controle da sociedade. Nessa forma de ver, o olhar ganha outros sentidos, sendo meio de produção e criação de conhecimento, que é potencializado por uma experiência que permite o contato não apenas com o visível.

Essa experiência do olhar precário ajuda-nos a compreender a visão menor, contrapor ao olhar totalizante e fazer experimentações inusitadas, aberta para aquilo que se encontra ou se deixa encontrar com os olhos. Além disso, ajuda-nos no contato com aquilo que povoa a dimensão do invisível. Nessa direção, Kastrup (2010) cita dois modos de ver/olhar. No primeiro, a visão como experiência sem problematização, servindo, apenas, como forma de contato com as coisas concretas (visão maior). No segundo modo, nega-se que se vê algo concreto e pré-definido, havendo, entre vidente e objeto, algo que não é do campo visível (visão menor). O primeiro constrói representações das formas e o segundo acessa a matéria

movente, fluida e sensível do mundo. De acordo com essa autora, na atualidade, há uma tendência ao fechamento da subjetividade para esta segunda dimensão.

Kastrup (2010), a partir de Rolnik (2006), afirma que existe uma cegueira própria da subjetividade contemporânea, que aceita permanecer naquilo que é oferecido como percepção pronta para uso imediato, o que nos leva a afirmar que vivemos em um mundo que anula a potência do devir da visão. Ao mesmo tempo em que se institui uma sociedade visuocêntrica⁹ e homogênea – que nega a alteridade –, estabelece-se uma ditadura da visão na qual se nega a complexidade da experiência como modo de perceber e potencializar a criação do mundo.

Contrapondo ao uso exclusivo do sentido maior da visão, Kastrup (2010) propõe que sejam criados modos de resistência, possibilitando espaços para a experiência da visão menor. Corroboramos com a autora na percepção dos nossos encontros com a deficiência. Encontros que, na visão maior, geraram nojo, medo e preconceitos. Algo que nos incomodou e promoveu distanciamentos das pessoas com deficiência. Por meio da visão maior focamos aquilo que se podia ver concretamente: a deformidade, a anormalidade, o estranho, o diferente. Essa visão maior impossibilitou a partilha e as possibilidades de potência e criação dos encontros.

Apesar disso, nesse complexo processo, a visão menor é acionada e leva-nos a pensar as sensações de estranhamento como possibilidade de potencialização dos encontros com a diferença ou alteridade. É isso que buscamos nesse trabalho. Exercitaremos esse olhar a partir de algumas práticas atuais que nos chegam pela mídia através de campanhas em favor das políticas de inclusão comuns em nosso cotidiano.

Em defesa da visão menor

Atualmente, os meios de comunicação de massa (televisão, *internet*, rádio etc.) têm abordado bastante a temática da deficiência. Embora as pretensões sejam de proporcionar a conscientização sobre a inclusão da pessoa com deficiência nos espaços sociais, acreditamos que estas mídias, também, apresentam concepções que fortalecem a visão maior sobre a deficiência, ou seja, os modos de olhar que não abarcam a complexidade do processo de inclusão numa dimensão invisível/virtual.

⁹ Sociedade visuocêntrica significa que a sociedade se pauta na visão para a relação e construção do mundo.

Há alguns anos, circulava nos canais de comunicação um comercial em defesa da promoção da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade.¹⁰ O comercial apresentava situações cotidianas, como: um cego andando livremente nas calçadas e ruas; um cadeirante subindo e descendo de um ônibus; um mudo e/ou surdo sendo bem atendido em um bar; um jovem com síndrome de *down* trabalhando como atendente comercial; uma pessoa com deficiência participando de uma banda de música e uma equipe de trabalho. Estas situações ocorriam ao som de uma música e a letra aparecia em capas de livros, quadros, cartazes e outros lugares que poderiam ser ouvidas e/ou lidas. A letra da música dizia:

Eu não sou diferente de ninguém. Quase todo mundo faz assim. Eu me viro bem melhor. Quando tá mais pra bom que pra ruim. Não quero causar impacto. Nem tampouco sensação. O que eu digo é muito exato. É o que cabe na canção. Eu não sei viver triste e sozinho. É a minha condição.¹¹

No final do comercial, o narrador declarava uma frase que aparece em um *outdoor*: “Iguais na diferença – Campanha pela inclusão das pessoas com deficiência”

Outro comercial que abordou a inclusão das pessoas com deficiência teve circulação em 2011. O comercial chamado *Os Invisíveis*,¹² criado pela Agência de Comunicação Zmais, para a AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente¹³) apresentava duas situações cotidianas: uma em que as pessoas com deficiência eram desrespeitadas e outra em que elas eram respeitadas. A primeira situação mostrava um cadeirante em um ponto de ônibus sinalizando para ele parar, mas o motorista seguia adiante; mostrava, também, uma cadeirante que tentava entrar em um elevador, com duas pessoas por perto, mas no momento em que isso ocorria, a porta do elevador fechava e as duas pessoas a ignoravam, não fazendo esforço algum para evitar que a porta se fechasse.

10 O comercial foi criado pela Agência de Comunicação PROPEG, para a Secretaria de Comunicação Social e Secretaria dos Direitos Humanos, ambas vinculadas à Presidência da República.

11 Título da música: *Condição*. Autoria de Lulu Santos, lançada no álbum *Lulu* em 1986. Pré-visualização disponível em: <<http://www.lulusantos.com.br/discografia.html>>. Acesso em 21 de janeiro de 2013.

12 Disponível no endereço: <http://www.youtube.com/watch?v=tmjGDCdVWxE>. Acesso em 21 de janeiro de 2013.

13 A Associação de Assistência à Criança Deficiente é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que trabalha há mais de 62 anos pelo bem-estar de pessoas com deficiência física. Portal Virtual: <http://www.aacd.org.br/>

A segunda situação apresentada no comercial mostrava uma pessoa com deficiência física que entrava em um ônibus e, nesse momento, uma mulher olhava para ele e se levantava, cedendo o assento reservado às pessoas com deficiência. Ao longo do comercial, o narrador dizia: “Eu sou o homem invisível. Não, eu não sou um personagem de histórias em quadrinho, nem sou de filmes. Você nunca me viu, mas eu existo e não estou sozinho. Nós, invisíveis, somos muitos. Mas é fácil enxergar os invisíveis, é só olhar.” No final do comercial, é exposta a seguinte frase: “A maior limitação de um deficiente físico não está nele. Pode estar em você”.

Antes de prosseguirmos na discussão dos comerciais citados, vale ressaltar que ambos, assim como várias outras ações/projetos que circulam na grande mídia, representam avanços significativos no campo das políticas públicas referentes às pessoas com deficiência. A compreensão de que a exclusão da deficiência é produzida historicamente pela organização social (FERREIRA, 2012) e não pelas condições individuais tem proporcionado a garantia de igualdade de oportunidades e direitos vitais às pessoas com deficiência, impulsionando mudanças estruturais em relação às políticas públicas voltadas para essas pessoas. De acordo com Ferreira (2012):

As medidas caritativas e assistencialistas tiveram que ser revistas e modificadas, para dar lugar ao protagonismo das pessoas com deficiência na condução dos assuntos que lhes dizem respeito no campo público. Os espaços públicos e de uso coletivo não poderiam mais ser excludentes; a acessibilidade ao meio físico, ao transporte, à comunicação e à informação deveria ser provida a fim de garantir que todos, sem exceção, pudessem fruir de seus direitos com equiparação de oportunidades. Assim, todo um marco legal nacional deveria ser construído para que a igualdade de oportunidades fosse garantida (FERREIRA, 2012, p. 04).

Ainda segundo esse autor, ao longo da última década, o movimento de inclusão das pessoas com deficiência ganhou importância no Brasil, promovendo avanços sociais em diversos setores. Esses avanços só foram possíveis com a participação de pessoas e conselhos que representam esse segmento na linha de frente das reivindicações políticas. Assim, Ferreira (2012) afirma que ações, planos e programas que vêm sendo esboçados pelo Governo Federal têm se orientado pelo resultado dessa participação. Nesse sentido, a formulação de políticas públicas, voltadas para a garantia dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, está sendo progressivamente incorporada à agenda política e, conseqüentemente, o acesso a bens e

serviços para todos, com equiparação de oportunidades, tornou-se uma demanda evidente para os agentes políticos.

Apesar desse notável avanço no campo das políticas públicas e dos direitos das pessoas com deficiência, é necessário perguntar sobre o modo como têm sido efetivadas as ações de inclusão. Tendo como referência os comerciais apresentados, percebemos que eles evidenciam a necessidade de se repensar as formas de inclusão das pessoas com deficiência na nossa sociedade.

O primeiro comercial defende a igualdade na diferença e oportunidades iguais para todos. O segundo mostra a necessidade de acessibilidade e visibilidade das pessoas com deficiência. Podemos afirmar que ambos focam a deficiência na perspectiva da visão maior, mas, ao mesmo tempo, sugerem pistas importantes na dimensão da visão menor, que traz à tona questões complexas a serem refletidas.

Conforme Andrade (2007), as políticas de inclusão que ocorrem no plano do visível são necessárias, mas

[...] muitas vezes, endurece e polariza a luta, desviando sentidos de outras batalhas que se instauram a partir dele [visível], pequenas batalhas menores e invisíveis que se travam contra a redução das subjetividades a categorias padronizadoras e patologizantes e a favor da vida, de suas misturas e de seus contágios (ANDRADE, 2007, p. 59).

A autora pergunta se a proposta da inclusão não deveria ser um convite para as misturas e os contágios com o outro, os quais possibilitam devires e processos de subjetivação singulares. Ademais, ela pergunta se o movimento em defesa das políticas de inclusão não pauta suas ações na perspectiva politicamente correta que, muitas vezes, impossibilita o acesso às virtualidades dos encontros e impede as experimentações criativas da alteridade.

No primeiro comercial foi utilizada a música de Lulu Santos, que faz um apelo à igualdade. Embora não saibamos o contexto da criação dessa música, percebemos que a partir dela, a pessoa com deficiência canta no comercial: “Eu não sou diferente de ninguém”; “Não quero causar impacto, nem tampouco sensação”; “Eu não sei viver triste e sozinho”.

A afirmação de que ele não é diferente de ninguém e não quer causar impacto ou sensações pode ser compreendida de diversas maneiras, inclusive como negação da própria diferença. Nesse sentido, o comercial fortalece, por meio da música utilizada, a negação da alteridade que implica o reconhecimento do outro e da diferença. Será que, na tentativa de

promover a inclusão das pessoas com deficiência, o comercial não fortalece, também, uma sociedade que tenta ser homogênea e anular a força/potência da diferença?

Segundo Andrade (2007), nas políticas de inclusão,

[...] formas diversas e diferentes de existência são afirmadas e valorizadas ao mesmo tempo em que são apagadas em um espaço de inclusão sem distinção. Sem distinção? Configura-se então um campo homogêneo, sem arestas. Instaura-se um espaço “lisinho” de inclusão. Os loucos, os débeis, os cegos, os surdos, os pobres e miseráveis, são dissolvidos e unificados em um único conceito, amplo, unificador, em um espaço também mais amplo, fluido, mais flexível. Não seria verdade que eles ficariam mais apagados e mais controlados assim, meio invisíveis, diluídos em um campo amplo, sem distinção? (ANDRADE, 2007, p.64).

Andrade (2007) afirma que esse movimento de homogeneização esvazia o poder de contágio que o outro, como presença viva em nós, pode suscitar. Para ela, a pessoa com deficiência, nessa perspectiva, é capturada pelos nossos saberes, nossas práticas e nossas instituições. “Podemos explicá-lo, nomeá-lo e intervir sobre ele. Podemos acolhê-lo e moldá-lo. Podemos inclusive nem enxergá-lo, nem estranhá-lo, uma vez que o domesticamos, fazendo-o cada vez mais à nossa imagem e semelhança” (ANDRADE, 2007, p. 69).

De forma semelhante, o segundo comercial apresenta a pessoa com deficiência como alguém invisível, que afirma: “Eu sou o homem invisível”. “Você nunca me viu”. Tais expressões, causam-nos certo incômodo, pois é preciso perguntar se ele é invisível ou o tornaram invisível? Essas afirmações não fazem parte do movimento de homogeneização da subjetividade que, segundo Andrade (2007), nos leva a não enxergar a pessoa com deficiência, nem estranhá-la? Desejamos mesmo torná-la semelhante a nós e fazer com que ela passe despercebida?

As questões são complexas, pois ao mesmo tempo em que o comercial faz um apelo em defesa da visibilidade da pessoa com deficiência, também faz um movimento no sentido de negar a diferença e a alteridade. Além disso, leva-nos a acreditar que ela é invisível porque os indivíduos não a enxergam, não deixando claro que a invisibilidade da pessoa com deficiência é histórica e cultural, não dependendo apenas do olhar de cada um.

As questões levantadas aqui dizem respeito às formas de alteridade, que, segundo Rolnik (1992), podem ser colocadas em prática de dois modos: por meio do vetor que transita no visível (da moral) e do vetor que transita no invisível (ético). Para ela,

O homem da moral que nos habita é o vetor de nossa subjetividade que transita no visível: é ele que conhece os códigos, isto é, o conjunto de valores e regras de ação vigentes na sociedade em que estamos vivendo; ele guia nossas escolhas, tomando como referência tais códigos - daí porque chamá-lo de “moral”. É o homem da consciência: o operador de nosso funcionamento no mundo vigente, e enquanto tal é essencial para nossa sobrevivência. O homem da ética que nos habita (mesmo que, quase sempre, muito timidamente) é o vetor de nossa subjetividade que transita no invisível: é ele que escuta as inquietantes reverberações das diferenças que se engendram em nosso inconsciente e, a partir daí, nos leva a tomar decisões que permitam a encarnação de tais diferenças em um novo modo de existência, tanto no sentido de fazer novas composições quanto no de desmanchar composições vigentes. É o homem do inconsciente: operador da produção de nossa existência como obra de arte. Ele também guia nossas escolhas, só que selecionando o que favorece e o que não favorece a vida, tendo como critério a afirmação de sua potência criadora - daí porque chamá-lo de “ético” (ROLNIK, 1992, p. 7-8).

No âmbito da inclusão, o vetor moral funciona, comumente, no sentido da visão maior, que reconhece os direitos, as leis, os deveres, porém se fecha para a alteridade como campo invisível dos encontros. Nesse vetor, transformamos as diferenças em igualdades, e ao invés de desenvolvermos a capacidade de apreender o mundo para além ou aquém das formas constituídas e visíveis, optamos pela apreensão da realidade por meio da consciência, numa vã tentativa de manter a ordem como parâmetro fundamental (ROLNIK, 1992). No vetor moral, militamos e nos posicionamos em relação às políticas públicas, mas enrijecemos os encontros, higienizamos os contágios e as misturas (ANDRADE, 2007). Incluímos a pessoa com deficiência, mas pouco nos preocupamos com as consequências da inclusão que ocorrem no cotidiano da vida das pessoas envolvidas no processo, tais como os pais, os professores, os colegas, os funcionários etc. O que importa, aqui, é a dimensão visível da inclusão feita, quase, a todo custo.

No vetor ético estabelecemos a lógica dos contágios, abrimo-nos para as misturas e experimentações diversas através dos contatos e encontros diversos (ANDRADE, 2007). Conforme Rolnik (1992), a ética não se limita ao cumprimento de um conjunto de normas; há abertura para a alteridade e o virtual, campo de diferenciação produzido no encontro com o outro. O Vetor ético é veículo de atualização da diferença e da criação de novos modos de subjetivação, existência e tipos de sociedade.

O aspecto ético da alteridade aciona a visão menor, que permite olhar/sentir o que ocorre no campo micropolítico das relações, da sensibilidade e dos afetos. A alteridade ética permite afetar e ser afetado pela diferença do outro, ao invés de não querer ser diferente de ninguém ou não querer causar impacto e sensações, como mostra o primeiro comercial. Nesse sentido, pouco importaria dizer que a pessoa com deficiência é invisível e pedir para que olhássemos para ele, se o olhar continua sendo o mesmo - incomodado com a diferença visível das formas e negando o estranhamento invisível da diferença que nos obriga a ver o mundo com outros olhos -, ou não ver que a produção de subjetividade não é homogênea, mas imprevisível e diversa. Pouco adiantaria, também, dar a preferência (nas filas, nos assentos etc.) para a pessoa com deficiência, se essa ação ocorrer apenas no campo politicamente correto e não garantir uma aproximação efetiva e contagiante com os estranhamentos da alteridade ética com a deficiência. Por mais que se garanta a acessibilidade, a pessoa com deficiência continuará invisível se não houver formas de subjetividade que incluam a diferença como elemento ético e de potencialização da vida.

Questionando os dois comerciais que abordam a inclusão na perspectiva da visão maior (necessária, mas não suficiente para compreendermos a complexidade do olhar para a deficiência), defendemos a inclusão da visão menor, sensível e aberta aos estranhamentos, que nos faz criar outras formas de produzir conhecimentos e enxergar a deficiência e a vida.

Considerações Finais

No decorrer desse trabalho, percorremos os passos do aprendiz-cartógrafo para compor, a partir do visível e do invisível, as linhas que nos ajudaram a pensar os encontros com a deficiência. Seguindo às cegas e sem pretensões de afirmar certezas pré-estabelecidas, formamos trilhas, nas quais pudemos vislumbrar alguns apontamentos que forçaram nosso pensamento a outras possibilidades. Cada pista criada levou à exploração de territórios inesperados e não delimitados; olhares desfocados e abertos a novos espaços de reflexões.

Ao abordar as legislações direcionadas às pessoas com deficiência, verificamos a incansável luta de vários grupos e movimentos pela garantia dos seus direitos. Entre leis nacionais e internacionais, a pessoa com deficiência foi ouvida e novos projetos e ações foram implementados, com o intuito de garantir sua inclusão na sociedade. A partir das Leis

vigentes, incluímos a pessoa com deficiência na escola, no trabalho e em diversos espaços sociais, mas não nos permitimos, ainda, envolver-nos, efetivamente, com a diferença que ela apresenta, que olha e acolhe, também, o invisível. Preferimos a alteridade moral aprisionada na visão do outro apenas como cidadão de direitos, deveres e iguais na diferença.

Percebemos que isso ocorre porque crescemos ou vivemos numa sociedade que, muitas vezes, ensina a conhecer através do que já está estabelecido, pronto e formado. Poucos são os espaços de criação e invenção da vida. Quando nos deparamos com outras possibilidades de existência, nossos corpos vibram, estremecem e são levados a sensações desconhecidas, que nos causam estranhamentos, aproximações ou distanciamentos.

Nesse turbilhão de sensações, o chão desaparece, as verdades tornam-se inexatas e aquilo que nos tornam inabaláveis e destemidos entra em colapso. Assim, vamos enrijecendo os encontros e fechando-nos para a inventividade da relação com outro.

Os encontros com a deficiência, descritos no início desse trabalho, geraram diferentes situações: num primeiro momento, estranheza, nojo, repulsa, olhares atravessados e inquietações. Diante de Paula, por exemplo, evidenciamos impossibilidades de contágio com o outro. A deficiência era intolerável. Com Bianca, outros significados foram construídos. Os olhares, ora para seu rosto alegre, ora para suas pernas imóveis, possibilitaram a percepção de que a deficiência não impede outras formas de viver. Essa percepção foi reforçada quando vimos os cadeirantes e outras pessoas com deficiência dançando na escola. A partir daí, a deficiência não mais se mostrou como incapacidade, mas como possibilidade de reinvenção da vida. No entanto, ela ainda permanecia distante, em um lugar cômodo e longe de aproximações.

Em outras oportunidades, a deficiência provocou inquietações e buscamos novas aproximações com ela. Mais uma vez, estranhamentos aconteceram. Entretanto, houve trocas e, a partir de determinado momento de recreação e dança, foi possível enxergar outro tipo de diversão. Não foi um momento de fazer pessoas com deficiência se divertirem, foi uma troca mútua de sensações que facilitou a criatividade a partir dos contágios com elas. Apesar disso, em outra ocasião, em um restaurante, algo também inquietou-nos, mas agora a troca de olhares com a pessoa com deficiência gerou afastamento e a percepção de que por meio do olhar os contágios podem ser enrijecidos e limitados.

Enfim, em todos esses encontros manifestaram-se olhares como forma de contato com a deficiência, instigando-nos a cartografá-los, por meio do rastreio, do pouso, do toque e do reconhecimento atento. Verificamos que o olhar faz parte de um processo contínuo de trocas de informações e, também, atinge e é atingido pelo outro, afetando o modo como nos relacionamos com a alteridade. Portanto, manifesta-se de diferentes formas (visão maior e visão menor), podendo enrijecer ou potencializar a capacidade inventiva dos encontros.

A visão maior permite olhar para a deficiência de modo específico, proporcionando partilhas e contatos no campo visível que promove o reconhecimento de cidadania da pessoa com deficiência e garante os direitos fundamentais para a sua sobrevivência. A visão menor, exercida no encontro com aquela menina, no restaurante, gerou inquietações que desencadearam interesses de busca por novas compreensões e aproximações que nos envolve por inteiro.

Nossa atenção foi tocada por algo que não é da dimensão visível e isso foi percebido, a partir das leituras de Kastrup (2010) e outros autores, que nos permitiram incluir nesse estudo a dimensão invisível dos encontros, que ocorre nos tensionamentos e potencializam outros modos de conhecer e lidar com a realidade. Nesse sentido, o encontro com Kastrup foi um convite para a ativação da visão menor, na qual os encontros ganharam contornos e desenhos singulares.

Ao acionar a visão menor, pudemos ver além ou aquém do visível, o que nos permitiu sentir o contágio com o outro e compor outros olhares e saberes sobre a deficiência. Tentamos exercitar a alteridade ética e produzir um texto que nos levasse a incluir a dimensão invisível na compreensão da deficiência.

Além de defender os direitos, a acessibilidade e a visibilidade das pessoas com deficiência, entendemos que é preciso, também, defender a inclusão da alteridade ética, que permite ver/sentir o outro não somente por meio das formas constituídas. É preciso experimentar os devires (devir-criança, por exemplo) e as virtualidades que atravessam os encontros com elas. Assim, as políticas de inclusão, além de serem conquistas politicamente corretas, proporcionarão, também, espaços contagiantes, de produção de diferenças e instauração de movimentos que resistem aos processos de homogeneização da subjetividade. Movimentos que brotam da presença viva do outro ou da alteridade viva, em nós.

Referências

- ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- ANDRADE, V. S. F. **Educação inclusiva: Por um devir minoritário em uma escola para todos**. 2007. 100 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP. 2007.
- CAMPOS, C. A. **Esperanças equilibristas: a inclusão de pais de filhos com deficiência**. Curitiba: Juruá, 2009.
- CHAUÍ, M. Janela da alma espelho do mundo. In: **O olhar**. NOVAES, A. (Org.). São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**. Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em: 09. Jan. 2013.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Editora Escuta, 1996.
- DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.
- FERREIRA, A. J. **Avanços das Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência: Uma análise a partir das Conferências Nacionais**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília-DF: 2012. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-avancos-politicas-publicas-pcd.pdf>. Acesso em: 13. jan. 2013.
- INVISÍVEIS (AACD)**. Direção de criação: Alan Strozenberg e Manoel Zanzotti. Produção: Equipe Cine. Comercial, 0min 45s. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=tmjGDCdVWxE>. Acesso em 21 de janeiro de 2013.
- JANELA DA ALMA**, Documentário. Direção de João Jardim e Walter Carvalho. Brasil: Copacabana Filmes, 2001. DVD (73 min.). Color.
- KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- _____. Quando a visão não é o sentido maior: algumas questões políticas envolvendo cegos e videntes. In: LIMA, E. A.; NETO, J. L. F.; ARAGON, L. E. (Org.). **Subjetividade Contemporânea: desafios teóricos e metodológicos**. Curitiba: CRV, 2010, v. 1, p. 95-114.
- LÉVY, P. **O que é o virtual?**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

LOPES, K. J. M.; MADEIRO, E. N.; SILVA, J. T. F. Ontologias do ver na atualidade: o que pode um olhar precário. **Fractal: Revista de Psicologia**, 23.2, 2011, 389-404. Disponível em: <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/519>. Acesso em: 13. jan. 2013.

PASSOS, E.; EIRADO, A. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROLNIK, S. **À sombra da cidadania**: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. Fala proferida no IV Encontro Regional de Psicologia Social da ABRAPSO, PUC - São Paulo. 1992. Disponível em: <http://dev.nucleodesubjetividade.net/0.4/wp-content/uploads/2011/09/homemetica.pdf>. Acesso em: 13. jan. 2013.

SANTOS, L. M. P. Condição. In: **Lulu**. Faixa 2 (4min 22s). 1CD. Radio Corporation of America: 1986.

SILVA, E. A. **Entre lutas, normas e preconceitos**: pessoas com deficiência e os (des)caminhos da inclusão social. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado de História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG. 2012.

Recebido em 15-12-2013
Aprovado em 26-02-2014